

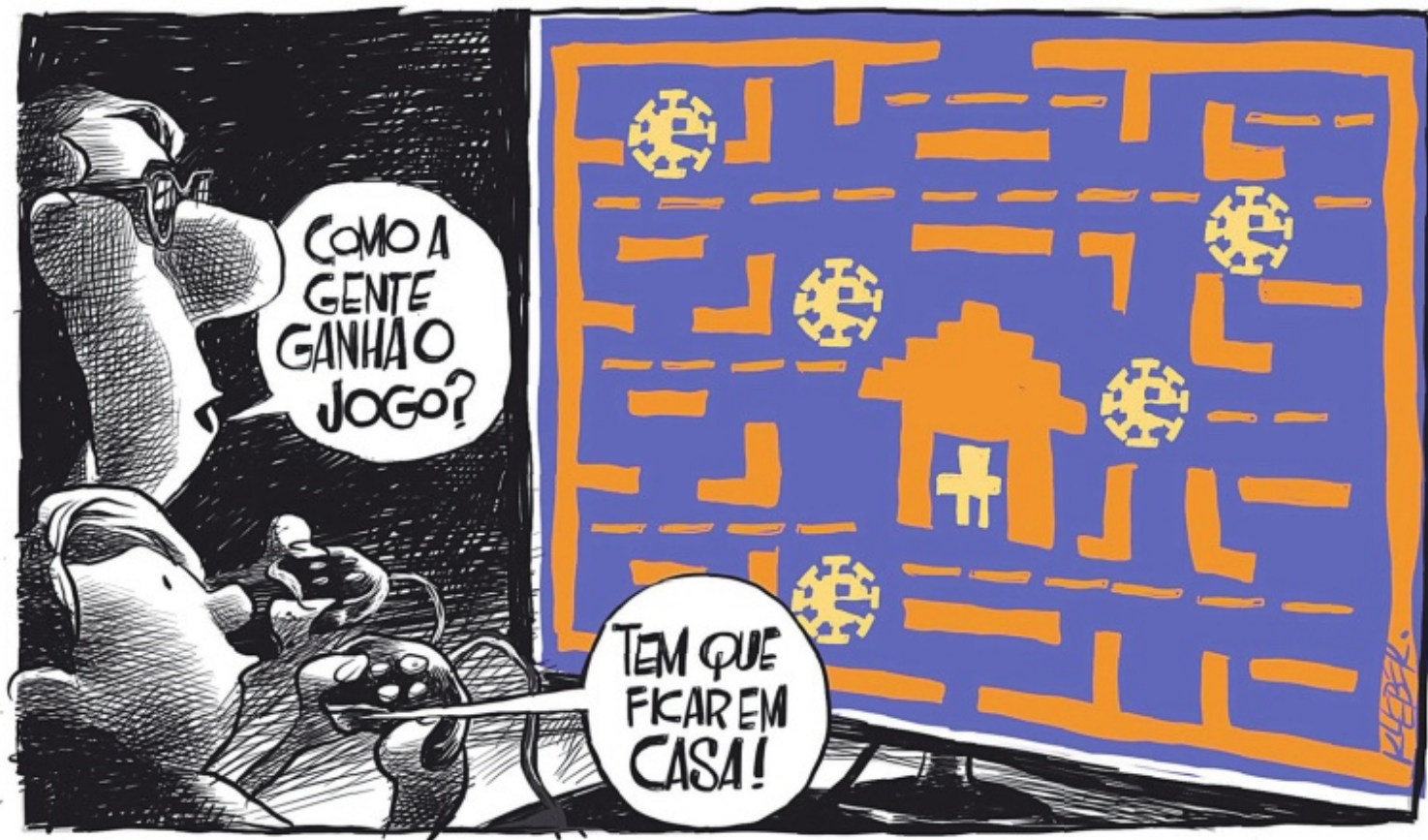
GDF vai pagar R\$ 816 a famílias de baixa renda

O projeto de lei que prevê o pagamento do auxílio emergencial foi enviado à Câmara Legislativa pelo governador Ibaneis Rocha. Em entrevista ao *CB.Poder*, ele havia antecipado a criação do bene-

fício, que será pago em duas parcelas de R\$ 404. A medida, explicou, é dirigida a cerca de 28 mil famílias que não são atendidas por programas de assistência social, como o BPC e o Bolsa Família.

Ajuda a informais — Hoje, o governo federal começa a pagar o auxílio de R\$ 600 a pessoas que têm direito ao benefício. A prioridade será para quem faz parte do Cadastro Único (CadÚnico) e

tem conta na Caixa ou no Banco do Brasil. Até as 18h de ontem, 186 milhões de cidadãos tinham acessado o sistema para se cadastrar e receber a ajuda: 27 milhões concluíram o registro. PÁGINAS 8 E 17



Prioridade de pagamento será para quem faz parte do Cadastro Único e tem conta na Caixa ou no Banco do Brasil. Até ontem, mais de 27 milhões de pessoas acessaram o site disponibilizado pelo governo e se cadastraram para ter direito ao benefício

Ajuda emergencial começa a ser paga hoje

» ALESSANDRA AZEVEDO
» ROSANA HESSEL

O auxílio emergencial de R\$ 600 mensais a trabalhadores informais começa a ser pago hoje às pessoas que preenchem os requisitos e já estão no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do governo federal, mas não são beneficiárias do Bolsa Família. Os outros grupos que têm direito ao repasse começam a receber as parcelas na semana que vem. Com a medida, que vai durar três meses, será possível garantir uma renda mínima a brasileiros mais vulneráveis ao surto de coronavírus no país.

A prioridade de pagamento será para quem, além de fazer parte do Cadastro Único, tem conta no Banco do Brasil ou na Caixa. Segundo o governo, a primeira leva é de 6 milhões de pessoas. Os trabalhadores que já fazem parte do banco de dados, mas não têm conta, mesmo que não recebam Bolsa Família, só terão acesso ao benefício a partir da próxima terça-feira. Nesses casos, a Caixa vai criar uma poupança digital para os que cumprirem as exigências para receber o auxílio.

Beneficiários do Bolsa Família vão receber o auxílio nos últimos 10 dias de abril, de acordo com o calendário que já é adotado no programa. Esse grupo não precisa se inscrever no site ou no apli-



cativo, porque terá o dinheiro depositado automaticamente. Também não têm necessidade de acessar o programa

Microempreendedores Individuais (MEIs) e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que preenchem os requisitos de idade e renda exigidos pelo governo.

Apesar de o governo ainda não ter depositado o dinheiro, as pessoas já começaram a fazer filas nas agências da Caixa ontem. O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse que nem todos precisam ir presencialmente às agências. "A Caixa tem um aplicativo, que é bem simples, como se fosse conversa de WhatsApp. Ali, as pessoas vão poder pagar boleto e transferir dinheiro", explicou, em entrevista à TV Band. Quem quiser pode depositar o valor na conta de outro banco e sacar em caixa eletrônico, por exemplo, sem custo nenhum.

Registros

O sistema começou a funcionar na terça-feira e, até as 16h de ontem, teve 186 milhões de acessos. No total, mais de 27 milhões de pessoas enviaram os registros e, agora, esperam a resposta do governo, que pode demorar até cinco dias úteis. A Caixa recebeu 62 milhões de mensagens de texto no número disponibilizado nesta terça,

Passo a passo

Como se cadastrar para ter acesso à ajuda emergencial

- 

1. Acessar o site da Caixa (<http://auxilio.caixa.gov.br>) ou fazer download do aplicativo em qualquer smartphone.
- 

2. Clicar em "Realize sua solicitação".
- 

3. Conferir se cumpre os requisitos.
- 

4. Preencher informações básicas: nome, CPF, data de nascimento e nome da mãe.
- 

5. Informar um número de celular para receber um código de verificação por SMS.
- 

6. Colocar o código recebido no campo indicado.
- 

7. Fornecer outras informações, como renda, ramo de atividade, estado e cidade.
- 

8. Informar dados sobre integrantes da família que moram na mesma casa, como nome e CPF de cada um.
- 

9. Escolher se quer receber o auxílio em conta bancária já existente ou criar uma poupança digital.
- 

10. Fornecer documento (RG ou CNH).
- 

11. Confirmar o resumo das informações na página seguinte. É possível alterar os dados, caso estejam errados.
- 

12. Por fim, o sistema confirma que o pedido está em análise e o resultado estará disponível em até cinco dias úteis no site ou no app.

além de 3,3 milhões de ligações na central de atendimento, sendo 2,5 milhões ontem. O telefone é 111 e pode ser usado para tirar dúvidas sobre o programa.

Para receber o auxílio, é preciso ter mais de 18 anos, não ter emprego formal e não receber nenhum benefício do governo, além do Bolsa Família. Quem tem aposentadoria, seguro-desemprego ou pensão, por exemplo, está de fora. A renda mensal deve ser de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por integrante da família ou, se somados todos os rendimentos do núcleo familiar, de até três salários mínimos (R\$ 3.135 reais). Além disso, não pode ter recebido, em 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70.

O economista Bruno Ottoni, da consultoria IDados, acredita

que o valor proposto, de R\$ 600 — que pode ser dobrado para mães chefes de família — é razoável diante da possibilidade orçamentária do governo. "É bom lembrar que esse é o valor líquido, não há desconto de imposto", ressaltou. Agora, segundo ele, o importante é ficar atento ao resultado. "É preciso ver se será possível, realmente, atingir todos os que têm direito e se a população ficará satisfeita com o modelo", disse.

Na avaliação do economista Marcelo Neri, diretor do FGV-Social, da Fundação Getulio Vargas (FGV), o governo foi lento em anunciar a liberação dos recursos, mas acabou surpreendendo de forma positiva com a ferramenta para o cadastramento das pessoas que estavam fora dos programas de assistência social.

"O volume de pessoas que estão sendo cadastradas é grande, e, portanto, há um risco de o sistema não conseguir processar tanta gente. Não sei até que ponto a questão operacional vai funcionar, uma vez que ainda existe fila no Bolsa Família", pontuou.

A Receita Federal orientou os trabalhadores a regularizarem o CPF antes de tentar acessar o aplicativo, que, em alguns momentos, teve instabilidade. Se, em uma segunda tentativa, não conseguir fazer o cadastro por pendência no CPF, a recomendação é entrar no site da Receita e verificar se ele está regular. "Caso o cidadão confirme que tenha a necessidade de regularização de dados do CPF, esse poderá ser realizado de forma online e gratuita pelo site da Receita", disse, em nota.

Governo avalia crédito a devedor do INSS

Apenas pequenas e médias empresas que não têm dívida com a Previdência Social podem pedir empréstimos para pagar a folha de salários durante a crise do coronavírus, uma das medidas anunciadas pelo governo para conter os impactos econômicos da disseminação da Covid-19 no país. A ressalva está na Medida Provisória (MP) nº 944, editada na semana passada, para tratar do assunto. A proposta tem sido reavaliada pelo governo devido às reclamações de empresários.

O texto deixa claro que "a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", como prevê a Constituição,

no artigo 195. O Executivo avalia se será possível editar outra MP para permitir a essas empresas adquirir empréstimos, diante da situação de calamidade pública.

"A gente está tentando elaborar uma MP que isente várias empresas que não estavam pagando impostos, inclusive a municípios e estados, para poderem renovar dívida e pegar crédito", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, na última terça-feira. O entendimento não é consensual no Ministério da Economia.

Para que a medida seja aplicada em outras situações, o ideal é

que a mudança seja feita por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC), já que pretende mudar o texto constitucional. Parte da equipe econômica do governo sugere incluir o dispositivo em algum projeto já em andamento no Congresso, para pular algumas etapas da tramitação.

Técnicos do ministério também lembram que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou medidas para facilitar o crédito, como a possibilidade de pagamento de 1%

do débito, em três parcelas. O restante seria pago ao longo de até 100 meses, a depender do valor devido. As certidões negativas de crédito também não estão valendo durante os três meses previstos de calamidade pública.



Valor da linha de crédito criada para financiar a folha de salários de pequenas e médias empresas

Empréstimo

As condições são favoráveis: juros de 3,75% ao ano, seis meses de carência e 30 meses para pagar. O empréstimo vale apenas para pequenas e médias empresas, para pagamento de funcionários por dois meses. Pelas regras estabelecidas, o Tesouro vai arcar com 85%, o que equivale a R\$ 34 bilhões dos R\$ 40 bilhões disponíveis. Os outros R\$ 6 bilhões (15%) serão repassados por bancos privados. Os recursos serão gerenciados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (AA e RH)



É bom lembrar que R\$ 600 é o valor líquido, não há desconto de imposto. Agora, é preciso ver se será possível, realmente, atingir todos os que têm direito, e se a população ficará satisfeita com o modelo"

*Bruno Ottoni,
economista da
consultoria IDados*

Antonio Cruz/CB/D.A Press - 7/5/13



Para Marcelo Nery, com o grande número de pessoas em busca do auxílio, o risco é de o sistema não ser capaz de processar todos os casos

Governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou, ontem, à Câmara Legislativa projeto de lei que prevê pagamento de R\$ 816 para pessoas em situação de vulnerabilidade. Medida deve atender 28 mil famílias com renda mensal per capita de até R\$ 522,50

Proposta de auxílio financeiro avança

Marcelo Corrêa (FOT) & Dasso

» JÉSSICA EUFRÁSIO

Pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal devem contar, em breve, com um auxílio financeiro emergencial para enfrentar o momento de crise econômica provocado pela pandemia do novo coronavírus. Conforme antecipou ao **Correio** em entrevista na sexta-feira, o governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou, ontem, à Câmara Legislativa um projeto de lei que prevê a criação do Programa Renda Mínima Temporária. A expectativa é de que a medida contemple 28 mil famílias não atendidas por outras iniciativas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Bolsa Família ou o auxílio emergencial do governo federal.

Se aprovado, o programa do Executivo local atenderá quem tem renda mensal per capita de até meio salário-mínimo (R\$ 522,50). Os valores serão pagos em duas parcelas de R\$ 408, durante os dois meses de programa, com possibilidade de prorrogação para três. A Secretaria de Desenvolvimento Social prevê investimento de R\$ 12,2 milhões por mês.

O Banco de Brasília (BRB) fornecerá um cartão para os beneficiários, mas a quantia também poderá ser entregue em dinheiro. As frações do auxílio serão entregues preferencialmente às mulheres. Ainda



não há definição quanto ao cadastramento dos beneficiários.

Até as 17h35 de ontem, o DF havia registrado 511 confirmações de contaminação pelo novo coronavírus. Desse total, 12 morreram e 148 se recuperaram. Até o fechamento desta edição, 65 pacientes estavam internados em hospitais, sendo 17 em estado grave, de acordo com a Secretaria de Saúde. Uma dessas pessoas é a advogada de 52 anos que foi a primeira a testar positivo para a Covid-19 na capital federal. Ontem, ela teve leve melhora do quadro, mas permanece na unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Regional da Asa Norte (Hran).

Economia

A disseminação do coronavírus no DF tem aumentado dia a dia. Enquanto o Executivo local estabelece medidas para evitar aglomerações e intensificar o distanciamento social, como forma de mitigar as consequências da doença, muitos brasilienses não têm levado a sério as ações previstas pelo poder público. Em diferentes partes da capital federal, é possível encontrar pessoas que

não têm tomado os devidos cuidados.

A preocupação de especialistas na área de saúde diz respeito, principalmente, à questão da sobrecarga do sistema, o que resultaria na falta de leitos para atendimento de casos novos e para recebimento de pacientes com outras enfermidades. De 20 de março até terça-feira, a Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) recebeu 4.805 denúncias sobre locais abertos sem autorização (**leia Funcionamento**). A multa para estabelecimentos que descumprirem os decretos publicados pelo Executivo local vai de R\$ 3,6 mil a R\$ 24 mil.

Para alguns brasilienses que continuam a sair de casa, o cenário econômico é motivo de inquietude, e justifica a desatenção às medidas de isolamento social. Caminhoneiro, Gerlinei Batista dos Santos, 36 anos, saiu de Itamaraju (BA) para morar no DF há oito meses. Desempregado, ele acredita que o isolamento prejudica pessoas mais pobres. "O pessoal vai adoecer cada vez mais. E como vamos ficar em quarentena? O preço das coisas subiu. Pacote de arroz, ovo, tudo está caro. Não estou trabalhando por falta de oportunidade, e tem gente que vai passar fome, mesmo com o auxílio do governo", lamenta.

Professor de economia do Ibmec São Paulo, João Ricardo Costa Filho, afirma que é imprescindível que o Estado crie medidas de auxílio para chegar rapidamente às pessoas mais vulneráveis. "Se conseguirmos fazer com que elas tenham essa rede de proteção, podemos ir desligando a economia nos setores que não são essenciais, para que a doença não se espalhe. Portanto, conseguire-

mos atingir dois objetivos: tanto os de saúde pública, para não sobrecarregar o sistema, quanto os econômicos-sociais", pontua João Ricardo.

Agravamento

Até ontem, o Distrito Federal figurava em primeiro lugar entre as unidades da Federação com o maior número de casos para cada grupo de 100 mil habitantes. No entanto, após um salto no número de casos, o Amazonas ultrapassou a capital federal, que caiu para a segunda posição. Enquanto o DF tem coeficiente de incidência de 16,7, o estado amazonense chegou a 19,1. Nesta semana, a prefeitura de Manaus reconheceu a possibilidade de colapso na rede hospitalar.

Médico infectologista e presidente do Comitê para Enfrentamento ao Coronavírus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Bernardino Albuquerque, comenta que, apesar das diferenças entre as regiões, é preciso que as secretarias de saúde façam uma leitura da realidade epidemiológica de cada local. "A situação no estado está muito preocupante em função do número de casos e de óbitos. Além disso, há uma possibilidade de disseminação muito mais expressiva. É preciso que haja acompanhamento, fiscalização. O que temos visto é exatamente a população nas ruas, principalmente nas áreas mais periféricas", observa.

Para evitar o agravamento da situação no DF, Roberto José Bittencourt, médico e professor do curso de medicina da Universidade Católica de Brasília

(UCB), destaca a importância da testagem e do mapeamento dos pacientes que estiverem com a Covid-19. Ainda, ele considera que os 511 casos do Distrito Federal são apenas a "ponta do iceberg". "É necessário fazer a testagem mais ampla possível. Não precisa ser de toda a população do DF. Pode-se fazê-la em camadas. Primeiramente, com os infectados, rastreando toda a rede de contato deles. Depois, com os profissionais de saúde, que precisam testar a cada cinco dias, pois é o tempo médio de incubação do vírus. Identificando, isolando o paciente", sugere.

Após traçar a linha de base, as próximas levadas de testagem seriam para saber como está a evolução dos casos e quais regiões são o "elo frágil do cordão de isolamento". Roberto José lembra que a falta de confirmação dos casos implica em subnotificação e que, para se ter uma estimativa próxima do número real de casos, seria preciso multiplicar o total atual por sete ou 10. Por isso, defende o médico, o investimento deve ser direcionado ao rastreamento das notificações confirmadas.

"Será que, dessa população de cerca de 5.110 pessoas, não daria para saber onde estão, com quem moram, a quais igrejas ou festas foram?", questiona. "Se fizermos uma testagem vigorosa, poderemos flexibilizar (as restrições). Poderemos planejar o sistema de saúde e a saída do isolamento social. Dá para sair, mas tem de ser planejado. Não dá para ser da forma que se tem feito: um dia flexibiliza, no outro fecha. Isso não é planejamento, é flutuar de acordo com a pressão política", criticou.

»» Funcionamento

Saiba o que pode ou não funcionar no DF após os decretos publicados pelo Executivo:

O QUE ABRE?

- » Serviços e produtos de saúde (clínicas, consultórios, laboratórios e farmácias)
- » Clínicas veterinárias (somente para atendimentos de urgência)
- » Estabelecimentos de venda de produtos alimentícios (vedado o consumo no local)
- » Lojas de materiais para construção e produtos para casa
- » Postos de combustíveis
- » Lojas de conveniência e minimercados em postos de combustíveis (proibido o consumo no local)
- » Pet shops e lojas de medicamentos veterinários ou produtos saneantes domissanitários
- » Comércio do segmento de veículos automotores
- » Empresas de tecnologia (exceto lojas de equipamentos e suprimentos)
- » Empresas que firmarem instrumentos de cooperação com o GDF no enfrentamento à emergência de saúde referente ao coronavírus ou à dengue
- » Funerárias e serviços relacionados
- » Lotéricas e correspondentes bancários
- » Lavanderias (só para entrega em domicílio)
- » Floricultura (idem)
- » Empresas do segmento de controle de vetores e pragas urbanas

O QUE FECHA?

- » Escolas públicas e privadas, creches, faculdades e universidades (até 31 de maio)
- » Festas, shows, eventos esportivos ou reuniões de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público
- » Cinemas e teatros
- » Academias de esporte de todas as modalidades
- » Museus, zoológico, parques ecológicos, recreativos, urbanos, vivenciais e afins
- » Boates e casas noturnas
- » Shopping centers e clubes recreativos
- » Feiras permanentes (apenas para comercialização de gêneros alimentícios para humanos ou animais)
- » Cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião
- » Salões de beleza, barbearias, esmalterias e centros estéticos
- » Estabelecimentos comerciais de qualquer natureza (bares, restaurantes, lojas, quiosques, food trucks e trailers)

Codese doa respiradores

» ALEXANDRE DE PAULA

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (Codese-DF) entregou, ontem, ao GDF, cinco respiradores que poderão ser usados para o tratamento de pacientes com a Covid-19. Os equipamentos foram comprados a partir de uma intensa campanha de doação promovida pela entidade, chamada de Juntos Pelo DF. A iniciativa arrecadou até agora mais de R\$ 280 mil. O valor, além de bancar a compra dos respiradores, será investido para a aquisição de insumos usados na fabricação de máscaras e aventais em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Fábrica Social.

A ideia surgiu com a oferta de venda dos respiradores, semi-novos e revisados. A partir disso, o conselho decidiu iniciar a campanha para angariar os R\$ 225 mil necessários para a compra. Em dois dias, a quantidade necessária foi atingida e as doações continuaram, o que permitirá novas ações. "Arrecadamos esse valor em tempo recorde. Resolvemos fazer a campanha no sábado da semana passada e tivemos segunda e terça-feira para arrecadar. Na quarta, tínhamos o suficiente para pagar os respiradores e fizemos a compra. Hoje (ontem), conseguimos entregá-los", conta o presidente do Codese-DF, Paulo Muniz.

As doações de recursos financeiros para a campanha Juntos pelo DF devem

ser feitas por transferência bancária ou pela internet, no site www.juntos-pelodf.com.br. As informações para efetivar o apoio estão disponíveis no portal da iniciativa. Além disso, é possível doar equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras cirúrgicas de tripla proteção; máscaras de modelo N99, N100, PFF2 e PFF3; aventais hospitalares; luvas de procedimento de látex ou nitrílica tamanhos P, M e G; óculos de proteção; aventais e luvas cirúrgicas estéreis; além de coletores descartáveis.

Os materiais podem ser entregues na sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF), no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Trecho 2/3, Lote 1.125, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Codese/Divulgação



Aparelhos foram entregues ao GDF para ajudar no tratamento de pacientes da Covid-19

Marcelo Ferreira/CB/D'A Press



Para Gerlinei dos Santos, 36 anos, as pessoas mais pobres sofrem mais com os impactos econômicos provocados pela pandemia